



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

INFORMAÇÃO Nº 06/2019-DIAPES

Brasília, 06 de fevereiro de 2019.

PROCESSO Nº 116/2019

ÓRGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF.

ASSUNTO: **Consulta.**

EMENTA: Consulta formulada pelo Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal, mediante Ofício SEI-GDF nº 1604/2018 – SEC/GAB (e-DOC 951E5E9C-c), acerca da possibilidade de reconhecimento do desempenho de atividades insalubres, mesmo que à época da atividade penosa o servidor não tenha percebido o adicional de insalubridade, dispondo sobre a forma de comprovação do trabalho em condições insalubres e a possibilidade de contagem do tempo de serviço laborado em condições insalubres sob a égide do regime celetista no Distrito Federal, com aplicação do fator de conversão, conforme a legislação previdenciária vigente à época em que exerceu as referidas atividades.

Conhecimento. Considerações. Arquivamento.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de consulta formulada pelo Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal, mediante Ofício SEI-GDF nº 1604/2018 – SEC/GAB (e-DOC 951E5E9C-c), acerca da possibilidade de reconhecimento do desempenho de atividades insalubres, mesmo que à época da atividade penosa o servidor não tenha percebido o adicional de insalubridade, dispondo sobre a forma de comprovação do trabalho em condições insalubres e a possibilidade de contagem do tempo de serviço laborado em condições insalubres sob a égide do regime celetista no Distrito Federal, com aplicação do fator de conversão, conforme a legislação previdenciária vigente à época em que exerceu as referidas atividades, nos termos mencionados na ementa.

2. Esclarece-se, de início, que a expressão sublinhada acima “sob a égide do regime celetista” foi utilizada para substituir a expressão utilizada na presente consulta: “antes da entrada em vigor da Lei nº 8.112/90”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

3. Isto porque, em geral, os servidores da Administração Direta, Autárquica e dos órgãos relativamente autônomos do Distrito Federal que eram regidos pelo regime celetista passaram a ser submetidos ao estatuto previsto na Lei nº 1.711/52 a partir de 01/01/1990, de acordo com a Lei nº 51/89. No caso das fundações públicas, por exemplo, a mesma mudança de regime foi promovida pela Lei nº 119/91, a contar de 17/08/1991.

4. A Lei nº 8.112/90 somente começou a ser aplicada aos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal a partir de 01/01/1992, com a vigência do art. 5º da Lei nº 197/91.

5. A presente demanda surgiu de consulta formulada pela Subsecretaria de Administração Geral – SUAG, para fins de manifestação acerca do Parecer nº 28/2018 – PRCON/PGDF, “que trata sobre a forma de comprovação do trabalho em condições insalubres bem como acerca da possibilidade de contagem do tempo de serviço laborado em condições insalubres antes da entrada em vigor da Lei 8.112/90, com aplicação do fator de conversão, conforme a legislação previdenciária vigente à época em que exerceu as referidas atividades, independentemente da efetiva percepção do adicional de insalubridade”.

6. Sobre o objeto da consulta, a Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL da Secretaria de Estado da Cultura do DF emitiu o Parecer 483 (16561241) – Parecer SEI-GDF nº 483/2018 – SEC/GAB/AJL, de 24/12/2018.

7. A análise do parecer informa que o assunto envolve a legislação relativa ao adicional de insalubridade, atualmente prevista nos arts. 79 a 83 da LC nº 840/2011, e a análise realizada no âmbito do Parecer nº 28/2018 – PRCON/PGDF (15930329), “formulado em razão do caso concreto de músico da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS, que requereu o reconhecimento do tempo de serviço laborado em condições insalubres antes da entrada em vigor da Lei 8.112/90, mais precisamente entre 01/06/1985 e 15/08/1990, período em que se submetia ao regime celetista” (**transcrição**).

8. O parecer registra que, no caso concreto em tela, este Tribunal de Contas afirmara que a demonstração do recebimento do adicional de insalubridade sob o regime celetista é necessária como prova do trabalho em condições insalubres. Acrescenta-se que não foi mencionado em qual processo ocorreu essa análise.

9. Contudo, a AJL, com base em entendimento da PGDF, entende que a comprovação do trabalho em condições insalubres não pode depender exclusivamente da comprovação de recebimento do respectivo adicional, até porque



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

o pagamento deste adicional é consequência legal decorrente da constatação da existência de trabalho realizado em condições insalubres.

10. Isto é, existe um fato anterior, que é o trabalho em condições insalubres. Somente após perícia e constatação dessa insalubridade é que o adicional passa a ser devidamente pago.

11. Dessa forma, o parecer sugere que “a comprovação da percepção do adicional de insalubridade não é requisito essencial à caracterização do tempo especial de serviço, de modo que a insalubridade pode ser verificada por qualquer meio lícito de prova”.

12. Como exemplo, cita-se o art. 2º da Orientação Normativa nº 156/2013 do MPOG, de âmbito na esfera federal, que condiciona o reconhecimento do tempo de serviço público prestado sob condições especiais à comprovação do exercício das atribuições nessas condições, de modo permanente, não ocasional ou intermitente, não se admitindo prova exclusivamente testemunhal ou apenas a comprovação da percepção de adicional ou gratificação para fins de comprovação do tempo de serviço público prestado sob condições especiais.

13. O parecer traz ainda entendimento do e. Superior Tribunal de Justiça contido em dois julgados, que reconhecem a averbação e conversão de tempo de serviço em atividade insalubre para efeitos de aposentadoria: AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 939.997 – ES (2016/0162146-8), Relator Ministro Sérgio Kukina – 03/02/2017; e AgRg no REsp 1566891/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/03/2016, DJe 15/03/2016).

14. O parecer acrescenta que, por outro lado, a Resolução nº 286/2015, que dispõe sobre a concessão dos adicionais de insalubridade e de periculosidade aos servidores do TCDF, registra que a caracterização e a classificação da insalubridade ou da periculosidade serão feitas por meio de laudo pericial. Isto é, a realização da perícia técnica é a forma de comprovação do trabalho em condições insalubres.

15. Em seguida, menciona que o parecer em análise destaca que “a percepção do adicional não pode ser eleita como a única prova do desempenho de atividades em ambientes insalubres”, podendo, assim, tal comprovação ser feita por qualquer meio lícito de prova.

16. Como exemplo, ressalta que “há uma particularidade que não pode ser desprezada: os Músicos da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

só passaram a receber adicional de insalubridade em 2008 (fls. 03), a significar que, no caso, exige-se prova de um fato que jamais ocorreu”.

17. Nesse sentido, o parecer conclui que, “respondendo à consulta formulada pela SUAG, entende-se que a percepção do adicional de insalubridade não pode ser eleita prova condicionante para reconhecimento do desempenho de atividades em ambientes insalubres, podendo a comprovação se aperfeiçoar por qualquer meio lícito de prova”, corroborando o entendimento exarado no Parecer nº 28/2018 – PRCON/PGDF (15930329).

18. Por fim, opina para que seja formulada consulta a este TCDF, a respeito da possibilidade de reconhecimento do desempenho de atividades insalubres, mesmo que à época da atividade penosa o servidor não tenha percebido o adicional de insalubridade.

19. O conhecimento de Consulta pelo TCDF condiciona-se ao disposto no art. 264 do RI/TCDF, a seguir:

Art. 264. Em caso de dúvida na aplicação de disposição legal ou regulamentar, em matéria de sua competência, o Tribunal decidirá sobre consultas que lhe forem formuladas pelo Presidente da Câmara Legislativa, Governador do Distrito Federal, por Secretário de Governo ou autoridade equivalente, bem como por dirigente de órgão relativamente autônomo ou entidade da administração indireta, incluídas as fundações.

§ 1º As consultas deverão versar direito em tese, indicar com precisão seu objeto e ser acompanhadas de parecer técnico-jurídico da Administração.

§ 2º A resposta à consulta terá caráter normativo e constituirá prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto.

§ 3º A decisão sobre processo de consulta somente será tomada se presentes na sessão pelo menos cinco Conselheiros, incluindo o Presidente e Auditores convocados.

20. Verifica-se que a presente consulta versa sobre direito em tese (ainda que tenha referenciado no seu parecer a questão dos músicos integrantes da carreira naquela Secretaria), indica com precisão seu objeto, foi formulada por autoridade competente e está acompanhada de parecer técnico-jurídico da Administração.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

21. Dessa forma, entende-se que foram cumpridos os pressupostos de admissibilidade previstos no artigo 264 do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016).

22. Quanto ao mérito da consulta, serão analisados os fundamentos legais e os critérios adotados por este Tribunal de Contas.

23. Inicialmente, destaca-se que a Constituição Federal de 1988 determina, em seu artigo 40, § 4º, que é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores portadores de deficiência, que exerçam atividades de risco e cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

24. A Lei nº 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, com as devidas alterações por outros normativos, assim discorre sobre a aposentadoria especial:

Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

(...)

§ 3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social–INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 4º O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 5º O tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão ao tempo de trabalho exercido em atividade comum, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, para efeito de concessão de qualquer benefício. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

(...)

Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 1º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista. (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98)

§ 2º Do laudo técnico referido no parágrafo anterior deverão constar informação sobre a existência de tecnologia de proteção coletiva ou individual que diminua a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância e recomendação sobre a sua adoção pelo estabelecimento respectivo. (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98)

25. A Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que teve vigência no Distrito Federal a partir de 01/01/1992 (com o art. 5º da Lei nº 119/91), cita que:

Art. 61. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, serão deferidos aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais: (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

(...)

IV - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

(...)

Art. 68. Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.

§ 1º O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

§ 2º O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Art. 69. Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Parágrafo único. A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

Art. 70. Na concessão dos adicionais de atividades penosas, de insalubridade e de periculosidade, serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica.

Art. 71. O adicional de atividade penosa será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento.

Art. 72. Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas serão mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere este artigo serão submetidos a exames médicos a cada 6 (seis) meses.

26. No âmbito distrital, a Lei Complementar nº 840/2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, em sua Subseção II – Dos adicionais e de insalubridade e de periculosidade – do Título IV, menciona sobre o assunto:

Art. 79. O servidor que trabalha com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida faz jus a um adicional de insalubridade ou de periculosidade.

(...)

Art. 81. Na concessão dos adicionais de insalubridade ou de periculosidade, devem ser observadas as situações estabelecidas em legislação específica.

27. Como já foi mencionado nesta informação, no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal o assunto foi regulamentado pela Resolução TCDF nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

286, de 15/12/2015, que dispõe sobre a concessão dos adicionais de insalubridade e de periculosidade a seus servidores, da qual se destaca:

Art. 3º. O servidor que trabalha com habitualidade em local insalubre ou em contato permanente com substância tóxica, radioativa ou com risco de vida tem direito a um adicional incidente sobre o vencimento do cargo efetivo.

(...)

§ 2º O adicional pelo exercício de atividade insalubre ou perigosa será concedido a partir da lotação do servidor em local insalubre ou de sua designação para executar atividade perigosa, desde que a insalubridade e a periculosidade sejam atestadas mediante perícia, nos termos do art. 4º.

(...)

Art. 4º. A caracterização e a classificação da insalubridade ou da periculosidade, na forma de regulamentação aprovada pelo ente público competente, serão feitas por meio de laudo pericial, sob a responsabilidade de ocupante de cargo público de médico com especialização em medicina do trabalho, ou engenheiro, ou arquiteto com especialização em segurança do trabalho.

(...)

Art. 5º. O pagamento do adicional somente será efetuado à vista do exercício do servidor no local insalubre ou do desempenho da atividade perigosa.

28. E, ainda, este Tribunal tratou o assunto também na Resolução TCDF nº 299, de 10/11/2016, que atualiza o Manual de Aposentadoria e Pensão Civil, destinado aos órgãos e entidades jurisdicionados do Tribunal, em seu Título VIII, Capítulo 4, da seguinte forma:

4.2. Tempo computado de forma ponderada para fins de aposentadoria:

- O tempo celetista, prestado em atividades especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, quando devidamente comprovado, é contado com acréscimo de 40%, se homem e 20%, se mulher;

Observações:

1) o servidor público celetista que exerceu atividades insalubres, penosas e perigosas em período anterior à sua submissão ao regime estatutário tem direito à contagem especial de tempo de serviço para efeito de aposentadoria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

(Esse direito foi reconhecido pelo TCDF, Processos nos 3393/92, 3476/95; e, pelo STF, Recursos Extraordinários nos 258327, 412798, 426392, 431200, 603581 e 683970);

2) o tempo especial prestado como celetista em atividades insalubres, devidamente reconhecido, é contado com base nos índices de ponderação de 1,2 para mulheres e 1,4 para homens, definidos no art. 70 do Decreto nº 3.048/99 (Decisões nos 2805/12 e 6611/10, item III, letra “c”);

3) para fins de comprovação do direito à contagem com acréscimo do tempo insalubre não basta mera declaração informando o período inicial e final de exercício. Devem constar dos autos de aposentadoria as fichas financeiras, contracheques ou outros documentos porventura existentes capazes de demonstrar os períodos em que o servidor efetivamente recebeu o adicional de insalubridade (Processo nº 3393/92 – Decisão nº 3638/08, Processo nº 3476/95 – Decisão nº 6354/08);

4) o TCDF tem reconhecido como início de prova material suficiente para comprovar o direito à ponderação de tempo exercido em atividades especiais, sob o regime celetista, além do contracheque e fichas financeiras, a cópia de fichas funcionais e de Carteira de Trabalho e Previdência Social, onde conste anotação pertinente ao período de percepção do adicional de insalubridade, e realização de procedimento de justificação judicial (Decisão nº 5082/14);

29. Assim, observa-se que o TCDF exige, em regra, como forma de comprovação do direito à contagem do tempo ponderado insalubre para fins de aposentadoria, que conste nos autos de aposentadoria as fichas financeiras, contracheques, ou outros documentos porventura existentes capazes de demonstrar os períodos em que o servidor efetivamente recebeu o adicional de insalubridade, consoante discutido no processo nº 3.393/92 (Decisão nº 3.638/08) e no processo nº 3.476/95 (Decisão nº 6.354/08).

30. O processo nº 3.393/92 analisou revisão de aposentadoria de servidora em face da contagem especial do tempo de serviço prestado em atividade insalubre, sob regime celetista, reconhecida por via administrativa.

31. Como forma de comprovação do tempo de atividade insalubre efetivamente laborado pela interessada, o Voto que fundamentou a Decisão nº 3.638/08, do Conselheiro-Relator Jorge Caetano, de 26/06/2008 (e-DOC DC3CE383), discordou do fato de se considerar uma certidão expedida pela Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde do Distrito Federal como referência ao tempo de atividade. Porém, considerou suficiente o registro da vantagem na Carteira de Trabalho da interessada:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

No que concerne à presente concessão, entretanto, verifico que consta dos autos cópia da Carteira de Trabalho da interessada, onde se vê o registro da concessão da mencionada vantagem, o que, a meu sentir constitui indício de prova material suficiente para comprovar o direito à revisão em exame, fl. 68.

32. E ainda, de acordo com o Manual de Aposentadoria e Pensão Civil, registra-se que o TCDF tem reconhecido como início de prova material suficiente para comprovar o direito à ponderação de tempo exercido em atividades especiais, sob o regime celetista, além do contracheque e das fichas financeiras, a cópia de fichas funcionais e de Carteira de Trabalho e Previdência Social, onde conste anotação pertinente ao período de percepção de adicional de insalubridade, e realização de procedimento de justificação judicial, conforme discutido no processo nº 23.510/14 (Decisão nº 5.082/14).

33. O processo nº 23.510/14, de solicitação de informações, analisou informações encaminhadas por servidores do Laboratório Central do Distrito Federal – LACEN/DF à Ouvidoria do MPC/DF, acerca de extravio de documentos no âmbito da Administração e consequente impossibilidade de comprovação de período celetista em atividades insalubres.

34. Foi proferida a Decisão nº 5.082/14, consoante disposto no parágrafo 26 acima, com acréscimo dos precedentes indicados:

I – (...); b) esta Corte de Contas tem reconhecido como início de prova material suficiente para comprovar o direito à ponderação de tempo exercido em atividades especiais, sob regime celetista, outros meios de prova, além do contracheque e fichas financeiras, como, por exemplo: cópia de fichas funcionais e da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, onde conste anotação pertinente ao período de percepção do adicional de insalubridade (Processos nºs 2.389/92, 3.393/92, 189/04, 1.297/94, 28.224/13, 36.669/13 e 1.831/14) e realização de procedimento de justificação judicial (Enunciado nº 27 das Súmulas da jurisprudência do TCDF); (grifo nosso)

35. O Voto que fundamentou a mencionada Decisão, do Conselheiro-Relator Antonio Renato Alves Rainha, de 08/10/2014 (e-DOC D47A1A3F), cita que:

Noutro giro, ainda que a dificuldade para comprovar o exercício de atividades insalubres seja evidente no caso concreto, cabe lembrar que, segundo a jurisprudência prevalecente nesta Corte de Contas (Processos nºs 2.389/92, 3.393/92, 189/04, 1.297/94, 28224/13, 36669/13 e 1.831/14, bem como o verbete nº 27 das Súmulas do TCDF), a prova idônea para comprovação de tais atividades não se resume a apresentação de contracheques e fichas financeiras, estendendo-se a cópias de fichas funcionais e da Carteira de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Trabalho e Previdência Social e, em recurso extremo, ao procedimento de justificação judicial. (grifo nosso)

36. No tocante às formas mencionadas para comprovação do exercício de atividades insalubres, o Ministério Público de Contas do DF havia se manifestado da seguinte forma nos autos, em Parecer do Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, de 18/09/2014 (e-DOC A34BD3DE):

13. Ademais, como a jurisdicionada condicionou o reconhecimento do período trabalhado como celetista, em atividade especial, ao entendimento esposado por este e. **TCDF**, imperioso ressaltar que esta c. **Corte de Contas tem acolhido** a certidão emitida pelo próprio órgão de origem, endossada por registro na Carteira de Trabalho, ficha funcional ou ficha financeira, relativos à insalubridade, como indício de prova material àquele direito (e.g. r. Decisão nº 3.898/2010 e 413/2009).

14. De fato, existe entendimento consolidado deste c. **Tribunal** quanto à necessária apresentação de documentos comprobatórios para a contagem de tempo de serviço, decorrente do exercício de atividades insalubres. Assim, somente diante da imperiosa **impossibilidade**, e não de dificuldade, de exibir o documento legalmente exigido, verifica-se na legislação a possibilidade de suprir a ausência mediante outros meios de prova, dentre eles, o procedimento de justificação.

15. No presente caso, por terem sido extraviadas as fichas funcionais e financeiras, e por estarem os servidores impossibilitados, por este meio, de obter a respectiva comprovação, bem como por já não mais existirem os assentamentos funcionais, admite-se a apresentação de cópia da CTPS ou de qualquer outro documento que faça prova do exercício laboral no período indicado.

16. Demais disso, em observância ao Enunciado nº 27 deste e. Tribunal, excepcionalmente, pode a jurisdicionada utilizar-se da Justificação Judicial para comprovar o tempo de serviço, tendo em vista que os documentos, segundo afirma o Diretor-Geral do LACEN/DF, foram extraviados ou incinerados.

17. A propósito, transcrevo o mencionado Enunciado:

“O tempo de serviço público comprovado por justificação judicial somente será aceitável quando circunstâncias especiais, como sinistro, roubo ou extravio de documentos, impossibilitem a regular expedição de certidão própria.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

18. Cumpre consignar que, somando-se aos requisitos estabelecidos no citado Enunciado, é necessário que a justificação judicial esteja acompanhada de início razoável de prova material.

19. **In casu**, pelo que se pode observar, ainda não foram esgotadas as possibilidades para se obter as provas necessárias para contagem do tempo de serviço especial, devendo-se, assim, optar pela Justificação Judicial como último recurso.

37. Ou seja, esta Corte de Contas reconheceu que cópias de fichas funcionais, da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou de qualquer outro meio de prova, onde constem anotação pertinente ao período de percepção do adicional de insalubridade, ou façam prova do exercício laboral no período indicado, podem ser usadas como comprovação de atividades insalubres do servidor sob regime celetista, bem como, se necessário, a realização de processo de justificação judicial.

38. Registra-se a análise, neste Tribunal, do processo nº 30.342/2006, que trata de aposentadoria de servidora no cargo de médica da Secretaria de Estado da Saúde do DF.

39. Consta dos autos que a contagem do tempo total para a aposentadoria incluiu tempo ponderado referente a atividades trabalhadas em condições insalubres sob o regime celetista.

40. Em diligência que havia sido determinada pela Decisão TCDF nº 6.967/07, fora determinado que o órgão jurisdicionado juntasse aos autos “fichas financeiras e/ou contracheques, a fim de comprovar quais os períodos que efetivamente a servidora recebeu a vantagem “Insalubridade”, em complemento à Certidão de fl. 54 – apenso”.

41. Em cumprimento, o órgão anexou ao processo físico a Ficha de Registro Funcional da interessada, na qual consta o registro do início do pagamento do Adicional de Insalubridade. Este documento, portanto, serviu como comprovação para a ponderação do tempo trabalhado em condições insalubres.

42. Nesse sentido, a informação juntada ao processo em 03/08/2007 (e-DOC 180A0F38) registrou que:

4. Em cumprimento ao item “a” da diligência foi anexada a Ficha de Registro Funcional (fl. 86 – apenso) da interessada, na qual consta o registro do início do pagamento do Adicional de Insalubridade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

5. Cabe ressaltar que esta Corte tem acolhido como indício de prova material suficiente para comprovar o direito ao tipo de concessão em exame, a cópia da Carteira de Trabalho, onde conste o registro da concessão da mencionada vantagem. em acordo com o voto proferido pelo relator, Conselheiro Jorge Caetano, nos Processo nº 189/2004 – Decisão nº 3.539/2008; Processo nº 1.297/1994 – Decisão nº 3.533/2008; Processo nº 2.389/1992 – Decisão nº 3.814/2008; Processo nº 3.393/1992 – Decisão nº 3.638/2008.

6. Considerando o fato do Tribunal aceitar cópia da Carteira de Trabalho em processos semelhantes ao que ora se examina, por analogia, sugere-se que seja aceita também a cópia da Ficha Funcional anexada à fl. 86 - apenso como comprovante do tempo insalubre computado no demonstrativo de fl. 54 - apenso.

43. Ressalta-se que o Ministério Público de Contas do DF, por meio do Parecer do Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, de 15/10/2009 (e-DOC 34C40CB1), havia se manifestado, em longa explanação, pela necessidade de que somente fosse considerada comprovada a contagem ponderada de tempo de atividades insalubres, prestado sob o regime celetista, mediante certidão emitida pelo INSS:

21. Por conseguinte, no entender Ministerial, a servidora poderá valer-se da contagem ponderada de tempo de atividades insalubres, prestado sob o regime celetista, desde que conte com certidão emitida pelo INSS, alusiva à referida ponderação, em face da competência daquele Instituto, aliada à precariedade do registro na Carteira de Trabalho e/ou em fichas financeiras e funcionais, alternadas, que não abrangem e/ou não comprovam todo o lapso ponderado.

(...)

24. Pelo exposto, opina este Parquet pela legalidade da concessão da aposentadoria em apreço, sem prejuízo de determinar a posterior juntada de Certidão emitida pelo INSS, alusiva ao tempo ponderado, sob pena de exclusão e de redução da proporcionalidade dos proventos.

44. Porém, o Voto do Conselheiro-Relator Manoel de Andrade, de 15/12/2009 (e-DOC 0F4CE711), afastou esta exigência da seguinte forma:

Tendo presente essa consideração, verifico que assiste razão os órgãos técnico e ministerial quanto à legalidade da concessão em exame. Inexistindo contrariedade à legislação que rege a espécie, deve-se proceder ao seu registro.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

No que tange à questão suscitada pelo Parquet especial, referente à juntada de Certidão emitida pelo INSS, alusiva ao tempo de serviço prestado pela servidora em atividades insalubres, convém ressaltar que a matéria encontra-se pacificada pela Corte, tendo a jurisdição acostada aos autos cópia da Ficha Funcional, vista a fl. 86, razão por que não merece maiores considerações. (grifo nosso)

45. Com isso, a aposentadoria da servidora foi considerada legal, nesses termos, pela Decisão TCDF nº 8.169/2009.

46. Acrescenta-se, ainda, o caso analisado no processo nº 28.015/2016-e, que se refere ao ato SIRAC nº 000675-0, e trata de aposentadoria de servidor no cargo de técnico de atividades culturais da Secretaria de Estado de Cultura do DF.

47. Também consta neste processo que a contagem do tempo total para a aposentadoria incluiu 1.364 dias relativos à contagem ponderada de atividades trabalhadas em condições insalubres sob o regime celetista, no período de 15/04/1981 a 16/08/1990, no qual o servidor exerceu a função de operador de som, na Fundação Cultura do DF, lotado no Teatro Nacional Cláudio Santoro.

48. A ponderação do tempo trabalhado em condições insalubres, no presente caso, foi comprovada após requerimento do servidor no Processo GDF nº 150.000.025/2009, emissão do Relatório de Inspeção de Segurança do Trabalho, de 14/08/2009 (fls. 22/37); emissão do Parecer nº 449/2009 – PROPES, da PGDF; juntada de provas testemunhais (informações a respeito do período de trabalho do servidor e atividades exercidas); emissão de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, de julho/2010; e Parecer nº 281/2013 – PROPES, da PGDF.

49. Assim, a informação juntada ao processo nº 28.015/2016-e em 06/09/2016 (e-DOC 23907CDF-e) destaca sobre o parecer nº 281/2013 – PROPES, no tocante à comprovação do tempo ponderado, que:

Emitido o LTCAT, por meio do Despacho nº 669/2010-AJL, de 03/08/2010, fora deferido o pedido do servidor Ubirajara de Oliveira Júnior para que o tempo em que ele trabalhou no Teatro Nacional Cláudio Santoro seja contado como período laborado sob condições insalubres. Para esse deferimento, fora considerado o Parecer nº 449/2009-PROPES/PGDF, o próprio LTCAT e todo o conjunto probatório constante do Processo GDF nº 150.000.025/2009.

O deferimento da contagem ponderada do tempo trabalhado em condições insalubres teve ainda por suporte o disposto no Parecer nº 281/2013 – PROPES (anexado ao presente ato). Nesse parecer, analisou-se o caso do servidor José Ernesto Soares da Rocha, para quem já havia sido reconhecido



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

o direito à contagem ponderada do tempo trabalhado em condições insalubres no regime estatutário (de 17/08/90 a 10/02/92), para concessão de aposentadoria especial. Dito servidor, pretendia também que lhe fosse reconhecido o direito à contagem ponderada do tempo trabalhado em condições insalubres no regime celetista (de 13/04/81 a 17/08/90).

Para a conclusão do parecer fora considerado que não existe perícia técnica histórica, do início das atividades desempenhadas pelo interessado; mas também considerara que, à época do parecer, ele desempenhava a mesma atividade (operador de som) que desempenhara desde sua admissão, a qual já havia sido considerada insalubre em grau médio, no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho, para, cuja elaboração, o servidor José Ernesto Soares da Rocha fora um dos casos analisados.

Para a PGDF, se o labor é o mesmo, e prestado em igual função, durante todo o período, o juízo razoável há de ser que existe o direito à contagem ponderada do tempo, para fins de aposentadoria especial, desde a admissão do servidor. O rigor formalista, seja por falta de laudo-técnico, seja por falta de recebimento do adicional de insalubridade, não pode cercear o direito do servidor.

50. E esta informação ainda registra que:

A comprovação do recebimento do Adicional de insalubridade não é condição essencial para o reconhecimento do tempo trabalhado em condições insalubres. Esta Corte tem exigido que a jurisdicionada apresente documentos que comprovem a prestação de serviços nessas condições, para tal finalidade, são aceitos fichas financeiras, contracheques, anotações na Carteira de Trabalho, anotações na fichas de cadastro, ou seja, o essencial é que haja razoável certeza de que houve a prestação de serviços nas condições alegadas. (grifo nosso)

51. Ressalta-se que o entendimento exposto no parágrafo anterior teve manifestação do Ministério Público junto ao TCDF, em Parecer do Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, de 24/11/2016 (e-DOC EF0CA4DD-e), e Voto no mesmo sentido emitido pelo Conselheiro-Relator José Roberto de Paiva Martins, de 29/01/2017 (e-DOC 5AF5F028-e).

52. Na Decisão TCDF nº 321/2017, o Tribunal decidiu pelo sobrestamento dos autos, considerando que o servidor também ponderou tempo do regime estatutário – em virtude da necessidade de aguardar a apuração realizada no âmbito da ADI nº 2014.00.2.028783-4, que tramita no TJDF (processo que trata da ponderação do período trabalhado em atividades insalubres sob regime estatutário, nos termos das Decisões TCDF nº 6.611/2010 e nº 3.662/2014).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

53. Destaca-se, por oportuno, que a referida ADI já foi julgada pela procedência do pedido e transitou em julgado. Nesta Corte de Contas, foi proferida a Decisão TCDF nº 5.879/2018, no âmbito do processo nº 10.623/10, com orientações a respeito da contagem ponderada no regime estatutário.

54. De toda forma, é sabido que a aposentadoria tratada no Processo nº 28015/2016 ainda não teve seu mérito definitivamente apreciado pelo Plenário do TCDF, motivo pelo qual pode-se tecer análise acerca da contagem ponderada no regime da CLT.

55. O Tribunal de Contas da União (TCU), por exemplo, no tocante ao reconhecimento do direito à contagem de tempo de atividade especial prestada por servidores ex-celetistas, em período anterior à vigência da Lei nº 8.112/1990, adota postura rigorosa com relação aos documentos comprobatórios necessários para cômputo do mencionado tempo.

56. Destacam-se, assim, os seguintes entendimentos daquela Corte sobre o assunto:

Boletim de Jurisprudência 32/2014:

A simples percepção do adicional de insalubridade não gera direito à contagem de tempo de atividade especial prestada por servidores ex-celetistas anteriormente à vigência da Lei 8.112/90. Para tanto, é necessária a comprovação da condição de insalubridade por meio de certidão do INSS ou de laudo emitido pelo Ministério do Trabalho ou por profissional por ele cadastrado, salvo para cargos cujo exercício presume atividades de risco para a higidez física.

Pessoal. Tempo de serviço. Tempo ficto.

Boletim de Jurisprudência 63/2014:

Ficha funcional e contracheques que indicam ter havido percepção de adicional de insalubridade não são documentos bastantes para comprovar a condição de insalubridade para fins de contagem majorada de tempo de serviço.

Pessoal. Tempo de serviço. Insalubridade.

Boletim de Jurisprudência 110/2015:

A percepção de adicional de insalubridade não é suficiente para o reconhecimento do direito à contagem de tempo de atividade especial



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

prestada por servidores ex-celetistas em período anterior à vigência da Lei 8.112/90. Para tanto, é necessária a comprovação da condição de insalubridade por meio de certidão do INSS ou de laudo pericial emitido por autoridade competente.

Pessoal. Tempo de serviço. Tempo ficto.

Boletim de Pessoal 32 (Fevereiro/2016):

Acórdão 648/2016 – Segunda Câmara – Relator André de Carvalho:

O servidor estatutário que exerceu, como celetista no serviço público, atividades insalubres, penosas ou perigosas, em período anterior à vigência da Lei 8.112/90, tem direito à contagem especial de tempo de serviço para efeito de aposentadoria, mediante comprovação por meio de certidão do INSS ou de laudo oficial (emitido pelo Ministério do Trabalho ou por profissional por ele cadastrado) que ateste a existência de risco à integridade física do servidor ou a presença de agentes nocivos à sua saúde no local de trabalho, salvo para os cargos cujo exercício presume a ocorrência de risco para a higidez física do profissional.

Boletim de Pessoal 43 (Fevereiro/2017):

Acórdão 691/2017 – Primeira Câmara – Relator Bruno Dantas

Tempo de serviço. Tempo ficto. Insalubridade. Penosidade. Periculosidade. Laudo. INSS. Atividade-meio.

É permitida a conversão ponderada de tempo de serviço prestado em condições de risco, perigosas ou insalubres pelo servidor que exerceu, como celetista, no serviço público, atividades dessa natureza, em período anterior à vigência da Lei 8.112/1990. No entanto, quando se tratar de cargo de natureza eminentemente administrativa, a referida contagem somente é admitida quando houver a apresentação de certidão emitida pelo INSS ou, alternativamente, de laudo oficial que efetivamente comprove a existência de risco à integridade física do servidor ou a presença de agentes nocivos à sua saúde no local de trabalho

Boletim de Jurisprudência 236/2018:

O pagamento de adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade não é prova suficiente para a caracterização de atividade especial prestada por servidor ex-celetista em período anterior à vigência da Lei 8.112/1990. Para tanto, é necessária a competente certidão de tempo de contribuição expedida pelo INSS, com a conversão do tempo especial em comum.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Pessoal. Tempo de serviço. Tempo ficto. Adicional de insalubridade. Adicional de penosidade. Adicional de periculosidade. Certidão. INSS.

Boletim de Pessoal 57 (Maio/18):

Acórdão 4538/2018 – Primeira Câmara – Relator Benjamin Zymler

Tempo de serviço. Tempo ficto. Insalubridade. Periculosidade. Penosidade. INSS. Certidão. Laudo.

É permitida a conversão ponderada de tempo de serviço prestado em condições de risco, perigosas ou insalubres pelo servidor que exerceu, como celetista, no serviço público, atividades dessa natureza, em período anterior à vigência da Lei 8.112/1990. No entanto, quando se tratar de cargo de natureza eminentemente administrativa, a referida contagem somente é admitida quando houver a apresentação de certidão emitida pelo INSS ou, alternativamente, de laudo oficial que efetivamente comprove a existência de risco à integridade física do servidor ou a presença de agentes nocivos à sua saúde no local de trabalho.

57. Diversos acórdãos de apreciação de atos de pessoal têm sido proferidos nesse sentido, como, por exemplo:

Acórdão 911/2014 – Plenário – Relator Benjamin Zymler:

A simples percepção do adicional de insalubridade não gera direito à contagem de tempo de atividade especial prestada por servidores ex-celetistas anteriormente à vigência da Lei 8.112/1990. Para tanto, é necessária a comprovação da condição de insalubridade por meio de certidão do INSS ou de laudo emitido pelo Ministério do Trabalho ou por profissional por ele cadastrado, salvo para cargos cujo exercício presume atividades de risco para a higidez física.

Acórdão 6821/2014 – Segunda Câmara – Relator Aroldo Cedraz:

Ficha funcional e contracheques que indicam ter havido percepção de adicional de insalubridade não são documentos bastantes para comprovar a condição de insalubridade para fins de contagem majorada de tempo de serviço.

Acórdão 648/2016 – Segunda Câmara – Relator André de Carvalho:

O servidor estatutário que exerceu, como celetista no serviço público, atividades insalubres, penosas ou perigosas, em período anterior à vigência da Lei 8.112/90, tem direito à contagem especial de tempo de serviço para



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

efeito de aposentadoria, mediante comprovação por meio de certidão do INSS ou de laudo oficial (emitido pelo Ministério do Trabalho ou por profissional por ele cadastrado) que ateste a existência de risco à integridade física do servidor ou a presença de agentes nocivos à sua saúde no local de trabalho, salvo para os cargos cujo exercício presume a ocorrência de risco para a higidez física do profissional.

Acórdão 2525/2016 – Primeira Câmara – Relator Benjamim Zymler:

A percepção de adicional de insalubridade não é suficiente para o reconhecimento do direito à contagem de tempo de atividade especial prestada por servidor ex-celetista em período anterior à vigência da Lei 8.112/90. Para tanto, é necessária a comprovação da condição de insalubridade por meio de certidão do INSS ou de laudo pericial emitido por autoridade competente.

Acórdão 8336/2018 – Segunda Câmara – Relator Augusto Nardes:

O pagamento de adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade não é prova suficiente para a caracterização de atividade especial prestada por servidor ex-celetista em período anterior à vigência da Lei 8.112/1990. Para tanto, é necessária a competente certidão de tempo de contribuição expedida pelo INSS, com a conversão do tempo especial em comum.

58. Ressalta-se, assim, que, naquela Corte de Contas, o reconhecimento do direito à contagem de tempo de atividade especial prestada por servidores ex-celetistas, em período anterior à vigência da Lei nº 8.112/1990, não se baseia simplesmente no pagamento do adicional de insalubridade. Nem tampouco o TCU reconhece a ficha funcional e contracheques com registros de percepção de adicional de insalubridade como documentos suficientes para comprovar a condição de insalubridade.

59. No geral, para o TCU, é necessário que o interessado apresente a competente certidão expedida pelo INSS, com a conversão do tempo especial em comum, ou laudo pericial emitido por autoridade competente ou pelo Ministério do Trabalho ou por profissional por ele cadastrado, salvo para cargos cujo exercício presume atividades de risco para a higidez física do profissional.

60. A exigência da certidão emitida pelo INSS não é regra absoluta para comprovar a contagem do tempo de serviço celetista em condições insalubres. Há jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que ratifica que a contagem ponderada do tempo de serviço celetista depende da legislação vigente à época da prestação do serviço.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

61. Extrai-se, assim, do AgRg no Agravo de Instrumento nº 920.500 – SC (2007/0143258-6) apreciado no STJ:

Voto

(...)

A propósito da certidão emitida pelo Instituto, o Superior Tribunal vem entendendo que, para constatação do tempo de serviço especial, é prescindível tal documento se o Tribunal de origem firma a compreensão de que a atividade exercida pela parte está entre as previstas nas normas específicas. Vejamos os seguintes precedentes:

(...)

Relativamente ao reconhecimento, na origem, do exercício de atividade em condições insalubres, é pacífico o entendimento do Superior Tribunal de que as atividades elencadas nos Decretos nºs 53.831/64 e 83.080/79 são meramente exemplificativas, não havendo impedimento legal para o reconhecimento de outras como insalubres, perigosas ou penosas, desde que devidamente demonstradas. Além disso, somente com a vigência da Lei nº 9.528/97 é que a comprovação de tais condições passou a ser feita apenas por laudo pericial, não sendo tal norma aplicável a situações pretéritas. Confirmam-se estes julgados:

(...)

Tendo o Tribunal local, para decidir como decidiu, concluído que ficou comprovado o exercício de atividade especial diante das "informações (...) fornecidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (fls. 35 e 36) para fins de instrução de processo de averbação de insalubridade, atestando que a autora exerceu atividade sob influência de agentes nocivos (calor, barulho de máquinas, irradiação, poeira, risco de perder a audição e a voz)", nada há que modificar aqui e agora, por incidência da Súmula 7. Afinal, a nossa jurisprudência diz que o servidor público ex-celetista faz jus à contagem do tempo de serviço celetista prestado em condições perigosas, insalubres e penosas na forma da legislação vigente à época da prestação do serviço, ou seja, com o acréscimo previsto na legislação previdenciária de regência. (grifo nosso)

(...).

62. Acrescenta-se, ainda, o seguinte precedente do STJ:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

"Direito Administrativo. Processual Civil. Agravo regimental no agravo de instrumento. Servidor público (...). Regime celetista. Tempo de serviço especial. Averbação. Dissídio jurisprudencial não comprovado. Agravo regimental improvido.

1. As Turmas que compõem a Terceira Seção deste Superior Tribunal já consolidaram entendimento no sentido de que servidor público, ex-celetista, tem direito à contagem de tempo de serviço exercido em condições especiais na forma da legislação anterior, ou seja, com o acréscimo previsto na legislação previdenciária de regência.

2. O tempo de serviço não precisa ser comprovado, exclusivamente, por meio de certidão emitida pelo INSS, uma vez que o art. 130 do Decreto 3.078/99 apenas assegura ao servidor a possibilidade de utilização das certidões emitidas pela referida autarquia, a fim de confirmar o tempo de serviço prestado pelo Regime Geral de Previdência Social.

3. Tendo a Corte de origem firmado a compreensão no sentido de que as atividades desenvolvidas pela parte agravada estariam enquadradas entre aquelas previstas nos Decretos 53.831/64 e 83.080/79, torna-se desnecessária a comprovação da insalubridade das referidas atividades por meio de prova pericial. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Dissídio jurisprudencial não comprovado.

5. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag-922.319, Ministro Arnaldo Lima, DJe de 10.3.08.) (grifo nosso)

63. Com relação à exigência do laudo, na ausência da certidão expedida pelo INSS, a regra parece ser a apresentação de laudo oficial de reconhecimento da situação da insalubridade que tenha sido produzido à época do tempo que se pretende averbar.

64. O Voto que fundamentou o Acórdão 911/2014 – Plenário, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, assim se manifestou sobre o assunto:

Em princípio, toda averbação relativa a tempo exercido junto ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) deveria ter amparo em certidão expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social. Afinal, cabe a esse regime compensar o Regime Próprio de Previdência do Servidor (RPPS) - regime instituidor do benefício previdenciário - como decorrência das contribuições recebidas dos ex-celetistas e seus empregadores. É o que prevê disposições da Constituição Federal e da Lei 9.796/1999, a seguir transcritas: [...]

Em que pese o fato de o RPPS da União ainda não estar sendo compensado pelo RGPS, diversamente do que ocorre com o RPPS dos estados, existe tal obrigação, o que bem demonstra a importância de se averbar corretamente o tempo oriundo do RGPS.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Nesse sentido é a Orientação Normativa/SHR/MP 1/2007, que, em seu artigo 3º, expressamente menciona ser da competência exclusiva do INSS a emissão de certidão de tempo de contribuição relativa ao tempo de contribuição vinculado ao RGPS.

Todavia, este Tribunal, a título de racionalidade administrativa, tem aceitado a averbação do tempo de atividade insalubre realizada de ofício pelo órgão de origem em relação a cargos cujo exercício, presume-se, envolve atividades de risco para a higidez física, como no caso dos médicos, odontólogos, auxiliares de enfermagem e agentes de saúde pública.

Cargos de natureza eminentemente administrativa não podem ser beneficiados pela contagem especial, salvo se restar efetivamente demonstrada a existência de risco ou de agentes nocivos à saúde no local de trabalho.

O simples vínculo do servidor com o Ministério da Saúde não autoriza a concessão de tempo de atividade especial, pois, ainda que ligado à área de saúde, existem diversas atividades que são exercidas em condições normais, sem exposição a agentes patológicos além dos limites tolerados, assim definidos em norma regulamentar. Veja-se, por exemplo, a situação do agente administrativo. É de supor que os ocupantes desse cargo exercem as atividades nas mesmas condições, seja no Ministério da Saúde ou no Ministério do Planejamento, por exemplo.

Segundo o Decreto-lei 1.873/1981 e o Decreto 97.458/1989, a caracterização e a classificação da insalubridade ou periculosidade para os servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional deviam ser feitas nas condições disciplinadas na legislação trabalhista, sendo, para tanto, necessário laudo pericial.

[...]

Dito isto, concluo, diversamente dos pareceres, que o órgão de origem não demonstrou a existência de condições especiais de trabalho que autorizem a contagem especial de tempo de serviço no órgão no período anterior à publicação da Lei 8.112/1990, pois nenhum laudo oficial de reconhecimento da situação de insalubridade, produzido à época do tempo que se pretende averbar, foi trazido aos autos. (grifo nosso)

65. Porém, admite-se que o laudo não tenha sido emitido na época da prestação do serviço considerado insalubre, desde que esta prova (laudo) seja conjugada com outra prova, por exemplo, o pagamento do adicional de insalubridade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

66. O caso citado no parágrafo anterior foi mencionado no Voto que fundamentou o Acórdão 7775/2015 – Primeira Câmara, de relatoria do Ministro José Mucio Monteiro:

Acórdão 7775/2015 – Primeira Câmara – Relator José Mucio Monteiro:

A percepção de adicional de insalubridade não é suficiente para o reconhecimento do direito à contagem de tempo de atividade especial prestada por servidores ex-celetistas em período anterior à vigência da Lei 8.112/1990. Para tanto, é necessária a comprovação da condição de insalubridade por meio de certidão do INSS ou de laudo pericial emitido por autoridade competente.

Excerto:

Voto:

O pedido de reexame interposto no presente processo de concessão de aposentadoria pode ser conhecido por este Tribunal, por preencher os requisitos de admissibilidade estabelecidos nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992.

2. Cabe ressaltar que a negativa de registro do ato de interesse do recorrente [omissis] decorreu do cômputo de 3 anos, 5 meses e 14 dias de tempo de atividade insalubre, para inativar-se com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

3. Embora o servidor recebesse adicional de insalubridade, não constava destes autos laudo pericial comprovando que exerceu, como celetista, no serviço público, atividades insalubres, perigosas ou penosas, em período anterior à vigência da Lei nº 8.112/1990, para ter direito à contagem especial de tempo de serviço para efeito de aposentadoria estatutária, na forma do entendimento firmado nos Acórdãos nºs. 2.008/2006-TCU-Plenário e 911/2014-TCU-Plenário.

4. Assim, foi acolhido o último parecer da Sefip no sentido da legalidade do ato de aposentadoria de [omissis] e ilegalidade dos atos de interesse [omissis], por ter sido averbado, de forma ponderada, tempo de serviço prestado em atividade insalubre, sem que houvesse qualquer prova de que efetivamente exerceram seus cargos nessas condições, a não ser o pagamento de adicional de insalubridade.

5. Nesta fase recursal, o Agente Administrativo [omissis] juntou documentos que dão amparo à conclusão da Serur de que a atividade por ele exercida



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

havia sido caracterizada e classificada como insalubre por meio do necessário laudo pericial, nos termos da legislação específica.

6. Verifica se, no Laudo Pericial Médico Ocupacional nº 10/09, que as tarefas executadas pelo então Auxiliar Operacional de Serviços Diversos têm a seguinte descrição sumária: "Atend. de doentes em ambulatório na pesagem, verificação de temperatura e esterilização de material" (peça 22, p. 11 12) .

7. Afastado o motivo determinante da negativa de registro do ato de concessão em favor do recorrente, entendo que pode ser dado provimento ao pedido de reexame em tela, de modo a alterar a redação do subitem 9.2 do Acórdão nº 6.715/2014-TCU-1ª Câmara, excluindo se o nome de [omissis], cujo ato será considerado legal e registrado pelo Tribunal." (grifo nosso)

67. Como se percebeu, o reconhecimento do tempo insalubre se deu com a comprovação do pagamento do adicional de insalubridade e a apresentação de laudo pericial, no caso, Laudo Pericial Médico Ocupacional nº 10/09, que não foi emitido à época da prestação do serviço (antes da vigência da Lei nº 8.112/1990). Ou seja, pelo menos duas provas foram utilizadas para assegurar o direito de ponderação do tempo de serviço, e não apenas uma delas.

68. Dado o exposto, o desempenho de atividades insalubres referentes ao tempo de serviço laborado sob regime celetista, com aplicação do fator de conversão e conforme a legislação previdenciária vigente à época em que foram exercidas as referidas atividades, deve ser comprovado mediante a apresentação de documentos que evidenciem o recebimento do adicional de insalubridade durante o período da prestação do serviço, nos termos do disposto no item 4.2 do Capítulo 4 do Título VIII da Resolução TCDF nº 299, de 10/11/2016 (Manual de Aposentadoria e Pensão Civil), e do entendimento pacificado nesta Corte de Contas, conforme precedentes contidos, por exemplo, nos Processos nº 23.510/14, nº 30.342/06, nº 3.476/95 e nº 3.393/92.

69. Excepcionalmente, na impossibilidade de cumprimento do item anterior, a comprovação poderá ocorrer mediante atendimento às seguintes condições:

- a) Apresentação de paradigma quanto à função desempenhada e o local da prestação laboral à época, recebendo adicional de insalubridade, ou de justificação judicial, na forma do Enunciado nº 27 – TCDF, acompanhada de início razoável de prova material contemporânea ao fato que se pretende provar; e
- b) Apresentação de laudo pericial oficial produzido à época da prestação laboral ou de Laudo Técnico de Condições Ambientais de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Trabalho (LTCAT) atual que contemple a unidade em que o serviço foi prestado, no qual seja atestado que as condições insalubres prevaleciam no período que se pretende averbar, na forma da legislação vigente à época.

70. Pelo exposto, sugere-se ao e. Tribunal:

- I. conhecer da consulta formulada pelo Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF, posto que satisfaz os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 264 do Regimento Interno deste Tribunal;
- II. responder ao consulente, tendo em vista o disposto no item 4.2 do Capítulo 4 do Título VIII da Resolução TCDF nº 299, de 10/11/2016 (Manual de Aposentadoria e Pensão Civil), e o entendimento pacificado nesta Corte de Contas, conforme precedentes contidos, por exemplo, nos Processos nº 23.510/14, nº 30.342/06, nº 3.476/95 e nº 3.393/92:
 - a. o desempenho de atividades insalubres referentes ao tempo de serviço laborado sob regime celetista, com aplicação do fator de conversão e conforme a legislação previdenciária vigente à época em que foram exercidas as referidas atividades, deve ser comprovado mediante a apresentação de documentos que evidenciem o recebimento do adicional de insalubridade durante o período da prestação do serviço;
 - b. excepcionalmente, na impossibilidade de cumprimento do item anterior, a comprovação poderá ocorrer mediante atendimento às seguintes condições:
 - i. Apresentação de paradigma quanto à função desempenhada e o local da prestação laboral à época, recebendo adicional de insalubridade, ou de justificação judicial, na forma do Enunciado nº 27 - TCDF, acompanhada de início razoável de prova material contemporânea ao fato que se pretende provar; e
 - ii. Apresentação de laudo pericial oficial produzido à época da prestação laboral ou de Laudo Técnico



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) atual que contemple a unidade em que o serviço foi prestado, no qual seja atestado que as condições insalubres prevaleciam no período que se pretende averbar, na forma da legislação vigente à época.

- III. dar ciência da decisão que vier a ser adotada à SEC/DF e aos demais órgãos e entidades jurisdicionados do Tribunal; e
- IV. autorizar o arquivamento do feito.

À consideração superior.

Jamile Medeiros Fon
Auditora de Controle Externo
Matr. nº 1552-8